

Informe FUP

24.02.2014

Petroleiros seguem aprovando regramento da PLR. Sindipetros-MG, Duque de Caxias e PR/SC assinam o acordo amanhã

Neste fim de semana, as assembleias para avaliação da proposta de regramento da PLR tiveram prosseguimento em várias bases do Sistema Petrobrás, com ampla aprovação por parte dos trabalhadores. Nas bases do Amazonas, os petroleiros iniciaram as assembleias no sábado, 22, e estão aprovando a proposta conquistada pela FUP, cujas regras já valem para o exercício de 2013.

No estado de São Paulo, 77% das bases do Sindipetro Unificado já foram consultadas e o resultado parcial é de 75% de aprovação do acordo de regramento da PLR. Em Minas Gerais e no Paraná e Santa Catarina, as assembleias terminaram nesta segunda, 24, com cerca de 80% de aprovação por parte dos trabalhadores. Nas unidades de Duque de Caxias, os trabalhadores também estão aprovando por ampla maioria o acordo e concluem as assembleias nesta terça-feira, 25, junto com os petroleiros do Unificado-SP e de Pernambuco/Paraíba. Na Bahia, as assembleias começaram hoje e já estão aprovando o regramento da PLR.

Rio Grande do Sul, Norte Fluminense, Rio Grande do Norte e Ceará, as assembleias serão agendadas nos próximos dias.

Petrobrás apresenta procedimento para a implantação do Fundo Garantidor

Nesta segunda-feira, 24, a FUP voltou a se reunir com a Petrobrás, para tratar das pendências do Fundo Garantidor para os trabalhadores terceirizados. No início do mês, a empresa apresentou à Federação uma minuta do Fundo a ser implementado e comprometeu-se a apresentar o procedimento final do Fundo Garantidor, no dia de hoje.

No modelo apresentado hoje pela empresa, a Petrobrás garante que a utilização do fundo será prioritária para verbas trabalhistas e rescisórias de trabalhadores terceirizados que forem lesados pelas prestadoras de serviços. Além disso, a empresa também avançou em alguns pontos, como a extensão deste fundo aos trabalhadores terceirizados da TBG, P BIO e Transpetro. O Fundo Garantidor e suas novas regras serão implementados a partir dos novos processos licitatórios, no

prazo de 10 dias. A Petrobrás também vai proporcionar um canal direto, no RH Corporativo, para tratar de possíveis problemas que ocorram com os trabalhadores terceirizados, via FUP e sindicatos.

Apesar dos avanços citados acima, o Fundo Garantidor ainda possui algumas pendências a serem esclarecidas à Federação e seus sindicatos. Uma delas é o fato da Petrobrás limitar a implantação do fundo, apenas aos contratos acima de cinco milhões de reais. A FUP argumentou que esta limitação não faz parte do que foi acordado durante a negociação do ACT 2013/2015, que prevê o Fundo Garantidor a todos os trabalhadores terceirizados, independente do valor do contrato entre a Petrobrás e as empresas contratadas. A Petrobrás se comprometeu em apresentar uma solução para estes casos até a próxima reunião da Comissão de Terceirização, que ocorrerá no dia 04/06.

Outra pendência cobrada pela FUP e não apresentada pela Petrobrás foi qual o critério que será utilizado para definir o valor que será destinado ao fundo, de 1% a 5%. A Petrobrás solicitou um prazo para solucionar esta questão, até esta sexta-feira, 28/02.

Independente das respostas dadas pela empresa, o Fundo Garantidor será implementado a partir dos novos processos licitatórios, abrangendo cerca de 90% da mão de obra terceirizada no Sistema Petrobrás.

FUP exige quitação da PLR 2013

A FUP também cobrou que a Petrobrás apresente os resultados do exercício de 2013 e marque a data para a quitação da PLR, já considerando as conquistas e avanços obtidos no regramento que está sendo aprovado pelas bases. Será enviado um documento para o RH da Petrobrás, na manhã desta terça-feira, 25.

Direção Colegiada da FUP